



Prefeitura de Manaus
Manaus Previdência – MANAUSPREV
Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Previdenciário – Especialidade Auditoria

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As consequências são a pedra de toque dos princípios.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o trecho do livro **O elogio do vira-lata e outros ensaios**, de Eduardo Giannetti.

A ciência destrói o seu passado. Os clássicos da literatura científica, como os tratados hipocráticos, o Le Monde de Descartes ou a Philosophia Botanica de Lineu, foram obras que marcaram época, mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peças de antiquário e objeto de interesse restrito a especialistas em história da ciência. Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.

Com a filosofia é diferente. Os clássicos da literatura filosófica, como os diálogos platônicos, as Meditações de Descartes ou o Leviatã de Hobbes, são obras que parecem dotadas do dom da eterna juventude. Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações. A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

A diferença, é certo, resulta em parte da ausência de um critério bem definido de progresso na história da filosofia. Mas não é só. A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico. Como observa com certa malícia Adam Smith na Teoria dos Sentimentos Morais, ao comentar a dificuldade de refutar conclusivamente teorias no campo da ética, a progressividade das ciências naturais também reflete a sua maior vulnerabilidade e propensão ao erro.

(GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018)

1. De acordo com o autor,
 - (A) a diferença entre ciência e filosofia restringe-se à ausência de um critério bem fundamentado do que seja progresso.
 - (B) a ausência de um critério bem definido do que seja progresso acabou por extrapolar o âmbito da filosofia, contaminando a literatura científica.
 - (C) a literatura filosófica, ao assumir de forma irrestrita a ideia de progressividade, acabou por alcançar o rigor e a consistência característicos da ciência.
 - (D) o avanço do saber científico acabará por resgatar a contribuição decisiva dos clássicos da literatura científica.
 - (E) a ausência de uma concepção rigorosa de progressividade no âmbito da filosofia é uma razão pela qual obras filosóficas parecem resistir à passagem do tempo.

2. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)

Considerando o contexto, este trecho pode ser reescrito, sem prejuízo para o seu sentido, do seguinte modo:

- (A) As obras científicas, por se prestarem também à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (B) As obras filosóficas, ainda que também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (C) As ideias do historiador, não obstante também se prestem à sua lupa antiquária, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (D) As obras científicas, posto que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (E) As obras filosóficas, na medida em que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.

3. Considerando o contexto em que se insere, está empregada em **sentido depreciativo** a seguinte expressão:

- (A) *peças de antiquário* (1º parágrafo).
- (B) *espíritos vivos* (2º parágrafo).
- (C) *dom da eterna juventude* (2º parágrafo).
- (D) *novas gerações* (2º parágrafo).
- (E) *campo da ética* (3º parágrafo).



4. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)
- II. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)
- III. *A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.* (2º parágrafo)
- IV. *A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico.* (3º parágrafo)

Estão empregadas em sentido figurado as expressões sublinhadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)

O termo a que o pronome relativo da frase acima se refere é:

- (A) obras.
- (B) época.
- (C) especialistas.
- (D) ciência.
- (E) cientista.

Atenção: Considere o conto de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 6 a 11.

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

6. No conto, o narrador caracteriza a postura de Gertrudes em relação à própria beleza como

- (A) apática.
- (B) resignada.
- (C) melancólica.
- (D) ressentida.
- (E) desiludida.



7. O termo que qualifica o substantivo, conferindo a ele ideia de inexorabilidade, compõe a seguinte expressão:
- (A) *beleza total* (título).
 - (B) *capacidade de ação* (2º parágrafo).
 - (C) *lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *destino fatal* (4º parágrafo).
 - (E) *extrema beleza* (4º parágrafo).
-
8. O narrador recorre a um eufemismo no seguinte trecho:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo)
 - (B) *um dia cerrou os olhos para sempre* (4º parágrafo)
 - (C) *partiu-se em mil estilhaços* (1º parágrafo)
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo)
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto* (3º parágrafo)
-
9. O narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em
- (A) *A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.* (3º parágrafo)
 - (B) *A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes.* (1º parágrafo)
 - (C) *Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.* (1º parágrafo)
 - (D) *A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação.* (2º parágrafo)
 - (E) *Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre.* (4º parágrafo)
-
10. A frase que pode ser transposta para a voz passiva está em:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *O Senado aprovou lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo).
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes* (3º parágrafo).
-
11. *As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação em sua forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de derivação imprópria.*
- (Celso Cunha. **Gramática essencial**, 2013. Adaptado.)
- Verifica-se um exemplo de derivação imprópria no seguinte trecho:
- (A) *Não ousavam abranger o corpo inteiro* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *Houve um engarrafamento monstro* (2º parágrafo).
 - (D) *A moça vivia confinada num salão* (3º parágrafo).
 - (E) *Sua beleza saiu do corpo* (4º parágrafo).



Atenção: Considere a crônica de Machado de Assis, publicada em 09 de fevereiro 1896, para responder às questões de números 12 a 15.

Pessoa que já serviu na polícia secreta de Londres e de New York tem anunciado nos nossos diários que oferece os seus préstimos para descobrir coisas furtadas ou perdidas. Não publica o nome; prova de que é realmente um ex-secreta inglês ou americano. A primeira ideia do ex-secreta local seria imprimir o nome, com indicação da residência. Não há ofício que não traga louros, e os louros fizeram-se para os olhos dos homens. Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.*

*Pois que a fortuna trouxe às nossas plagas um perfeito conhecedor do ofício, erro é não aproveitá-lo. Não se perdem somente objetos: perdem-se também vidas, nem sempre se sabe quem é que as leva. Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade. Não foi assassinio, mas suicídio, o dessa Ambrosina Cananeia, que deixou a vida esta semana. Era uma pobre mulher trabalhadeira, com dois filhos adolescentes e mãe valetudinária**; morava nos fundos de uma estalagem da rua da Providência. O filho era empregado, a filha aprendia a fazer flores... Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória. Pois fica lembrado.*

A causa do suicídio não foi a pobreza, ainda que a pessoa fosse pobre. Nem desprezo de homem, nem ciúmes. A carta deixada dizia em começo: "Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer." Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta. Segundo a carta, a mocinha era castigada por motivo daquela afeição, tudo de mistura com um casamento que lhe queriam impor.

O que é único, é esta amiga que se mata para que a outra não padeça. A outra era diariamente espancada, quase todos os vizinhos o sabiam pelos gritos e pelo pranto da vítima – "tudo por causa da nova amizade". Não podendo atalhar o mal da amiga, Ambrosina buscou um veneno, meteu no seio as cartas da amiga e acabou com a vida em cinco minutos. "Adeus, Matilde; recebo o meu último suspiro".

Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade. As afeições grandes podem não suportar a viuvez. Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.

* secreta: agente secreto.

** valetudinário: que ou o que é de constituição física débil, doentia, sempre sujeito a enfermidades.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)

12. O cronista dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo)
- (B) *Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória.* (2º parágrafo)
- (C) *Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer.* (3º parágrafo)
- (D) *Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta.* (3º parágrafo)
- (E) *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos.* (5º parágrafo)



13. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:
- (A) *nem sempre se sabe quem é que as leva* (2º parágrafo).
 - (B) *importa conhecer as causas da perda* (2º parágrafo).
 - (C) *a filha aprendia a fazer flores* (2º parágrafo).
 - (D) *ainda que a pessoa fosse pobre* (3º parágrafo).
 - (E) *esta amiga que se mata para que a outra não padeça* (4º parágrafo).

14. Considere os seguintes trechos da crônica.

- I. *Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.* (1º parágrafo)
- II. *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade.* (5º parágrafo)
- III. *Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.* (5º parágrafo)

Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
15. Em *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo), a oração sublinhada expressa, em relação à oração que a sucede, ideia de
- (A) condição.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) proporção.
 - (E) concessão.

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Ao longo de um mês, uma vinícola produz seis lotes de um vinho. Os lotes são numerados sequencialmente de 1 a 6, conforme vão sendo fabricados, o que quer dizer que o primeiro a ser fabricado é o lote 1, depois o lote 2 e assim sucessivamente até o lote 6. Para a venda dos lotes, o setor responsável deve sempre vender primeiro os lotes em estoque que foram fabricados mais recentemente. Se os seis lotes foram vendidos nesse mês, uma ordem das vendas que **NÃO** atende às orientações da empresa é

- (A) $\underline{2-3-1-4-5-6} \rightarrow$
- (B) $\underline{1-2-3-5-4-6} \rightarrow$
- (C) $\underline{1-3-5-6-2-4} \rightarrow$
- (D) $\underline{1-2-3-4-5-6} \rightarrow$
- (E) $\underline{6-5-4-3-2-1} \rightarrow$



17. O algarismo da unidade de milhar do resultado da potência $\underbrace{(777\dots77)}_{100 \text{ algarismos}}^2$ é igual a
- (A) 9.
(B) 1.
(C) 3.
(D) 7.
(E) 0.
-
18. Considerando que a proposição “Todos os advogados já leram a Constituição” seja verdadeira, Rui conclui que:
- I. se André leu a Constituição, então ele é advogado;
II. se Bernardo não leu a constituição, então ele não é advogado;
III. se Cléber não é advogado, então ele não leu a constituição.
- Das conclusões de Rui, APENAS
- (A) I está correta.
(B) II está correta.
(C) III está correta.
(D) I e III estão corretas.
(E) II e III estão corretas.
-
19. Um fabricante vende, à vista, um grande rolo de fio elétrico para um comerciante por R\$ 1.800,00 com a garantia de que o comerciante poderia devolver o que não conseguisse vender no prazo de um mês recuperando o valor correspondente ao fio devolvido. No mês vigente da transação, o comerciante conseguiu vender $\frac{19}{20}$ do que havia comprado, tendo faturado R\$ 1.983,60 por essa venda. Com a devolução da quantidade de fio que não conseguiu vender e considerando efetivamente apenas o valor que ele gastou com o fio, após feita a devolução, e o valor da venda, o comerciante teve um lucro total na operação de compra e venda do fio elétrico de
- (A) 12%.
(B) 15%.
(C) 16%.
(D) 18%.
(E) 19%.
-
20. O segurança do bloco A de uma empresa precisa registrar sua digital em um equipamento de 16 em 16 minutos. Nesse mesmo equipamento, o segurança do bloco B precisa registrar sua digital de 48 em 48 minutos. Se os dois seguranças registraram juntos suas digitais às 9h15 e terminam seu expediente de trabalho às 16h30, o último horário do expediente que eles irão registrar juntos suas digitais no equipamento será às
- (A) 16h27.
(B) 15h55.
(C) 16h11.
(D) 16h19.
(E) 15h39.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

21. A empresa Rotineira S.A. apresentava, em 31/12/2017, a seguinte situação patrimonial, com valores em reais:

Ativo		Passivo e PL	
Caixa e Equivalentes	230.000	Adiantamentos de clientes	120.000
Estoques	110.000	Capital Social.....	220.000
Total do Ativo	340.000	Total do Passivo e PL.....	340.000

As seguintes transações foram realizadas pela empresa no mês de janeiro de 2018:

Data	Operação
05/01/2018	Recebimento antecipado no valor de R\$ 24.000,00 de um cliente, para que a Cia. lhe entregue produtos em fevereiro de 2018.
12/01/2018	Compra de Estoque no valor de R\$ 46.000,00, com pagamento à vista.
15/01/2018	Pagamento antecipado de R\$ 64.000,00 para que determinado fornecedor entregue mercadorias para a empresa Rotineira S.A. até o final do mês.
20/01/2018	Venda de Estoque por R\$ 176.000,00 que será recebido em março de 2018. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 70.000,00 e os tributos incidentes sobre a venda, no valor de R\$ 14.000,00, serão pagos em fevereiro de 2018.
25/01/2018	Recebimento das mercadorias correspondentes ao pagamento efetuado no dia 15/01/2018.
28/01/2018	Entrega das mercadorias cujo valor foi recebido anteriormente pela empresa e que constava no Balanço Patrimonial de 31/12/2017. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 30.000,00.
31/01/2018	Pagamento dos salários referentes ao mês de janeiro de 2018 no valor de R\$ 18.000,00.

Após o registro das operações acima, o valor total do Ativo da empresa Rotineira S.A., em 31/01/2018, era, em reais,

- (A) 422.000,00
- (B) 408.000,00
- (C) 358.000,00
- (D) 438.000,00
- (E) 376.000,00

22. Uma empresa adquiriu produtos para revenda e pagou os seguintes valores:

- Valor total pago ao fornecedor dos produtos: R\$ 460.000,00
- Valor pago por um seguro para transportar os produtos até a empresa: R\$ 12.000,00
- No valor total pago ao fornecedor dos produtos adquiridos estavam incluídos os seguintes tributos:
 - Tributos recuperáveis: R\$ 64.000,00
 - Tributos não recuperáveis: R\$ 36.000,00

Todos os produtos adquiridos foram vendidos por R\$ 1.000.000,00 à vista, tendo sido concedido um desconto de 10% no momento da venda. Sobre o valor líquido da venda houve a incidência de impostos sobre vendas no valor de R\$ 106.000,00 e a empresa pagou R\$ 24.000,00 de comissão para seus vendedores. O valor do lucro bruto apurado pela empresa, relacionado apenas com estas transações de compra e venda foi, em reais,

- (A) 492.000,00
- (B) 322.000,00
- (C) 386.000,00
- (D) 362.000,00
- (E) 358.000,00



23. O Balanço Patrimonial da empresa Ilusionismo S.A. apresentava, em 31/12/2019, um ativo intangível com vida útil indefinida (Marca) registrado pelo valor líquido de R\$ 1.500.000,00. A composição desse valor era a seguinte:

Custo de aquisição	2.400.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculado em 2018).....	(900.000,00)
(=) Valor contábil líquido do ativo	1.500.000,00

Para a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment") em 31/12/2019, a empresa obteve as seguintes informações sobre esse ativo intangível:

- Valor em uso.....	R\$ 1.950.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 1.650.000,00

O valor contábil líquido apresentado para esse ativo intangível pela empresa Ilusionismo S.A., no Balanço Patrimonial de 31/12/2019, era, em reais,

- (A) 1.500.000,00
 (B) 1.950.000,00
 (C) 1.650.000,00
 (D) 1.800.000,00
 (E) 2.400.000,00

24. As informações sobre os processos judiciais a que a empresa Toda Enrolada S.A. está respondendo são apresentadas na tabela a seguir, sendo que os valores correspondentes ao ano de 2017 foram provisionados e os valores referentes a 2018 foram utilizados para a análise dos impactos no resultado de 2018 e nos valores a serem evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2018:

Nº do Processo	31/12/2017	31/12/2018	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
1	R\$ 500.000,00	Provável	R\$ 400.000,00
2	-	Provável	R\$ 240.000,00
3	-	Possível	R\$ 160.000,00
4	R\$ 300.000,00	Possível	R\$ 180.000,00

Com base nestas informações, o impacto reconhecido no resultado de 2018 e o saldo apresentado em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2018 foram, respectivamente,

- (A) uma perda de R\$ 240.000,00 e um saldo de R\$ 1.040.000,00
 (B) um ganho de R\$ 160.000,00 e um saldo de R\$ 640.000,00
 (C) um ganho de R\$ 300.000,00 e um saldo de R\$ 640.000,00
 (D) um ganho de R\$ 60.000,00 e um saldo de R\$ 740.000,00
 (E) uma perda de R\$ 60.000,00 e um saldo de R\$ 1.040.000,00

25. No dia 01/12/2019 uma empresa realizou aplicações financeiras que têm data de vencimento para 2022. As características e a forma de mensuração definida pela empresa para cada aplicação são encontradas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2019 (R\$)
600.000	Mensuração ao custo amortizado	1,5% a.m.	606.000
750.000	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2% a.m.	771.000
450.000	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.	462.000

O valor total dessas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2019, foi, em reais,

- (A) 1.836.000,00
 (B) 1.839.000,00
 (C) 1.828.500,00
 (D) 1.842.000,00
 (E) 1.833.000,00

**Noções de Contabilidade aplicada ao Setor Público**

26. As variações patrimoniais aumentativas podem decorrer de transações sem ou com contraprestação. Constituem operações características exclusivamente de transações com contraprestação, alinhadas à NBC TSP 02:
- (A) Recebimentos de recursos por serviços forenses, administração de pedágios, taxas de matrículas e taxas de licenciamento.
 - (B) Recebimentos provenientes da venda de itens do ativo imobilizado e de produtos agrícolas.
 - (C) Alienação de ativos financeiros e serviços de corretagem de valores.
 - (D) Recebimentos de ativos ou extinção de passivos com entrega de valor irrisório em troca.
 - (E) Recebimentos de frota de veículos que foram adquiridos por financiamento externo e, portanto, sem impacto na situação patrimonial líquida.
-
27. São considerados como ativo imobilizado os bens tangíveis mantidos para o uso na produção ou para o fornecimento de bens ou serviços ou ainda aqueles de fins administrativos. São exemplos de bens imóveis
- (A) domínios/dominicais os bens públicos destinados à reforma agrária.
 - (B) de uso especial os bens imóveis destinados a aluguel por particulares.
 - (C) de uso comum do povo Museus e hospitais públicos.
 - (D) em andamento os estudos e projetos de obra em estudo de viabilidade.
 - (E) semoventes os bens que têm existência material e que podem ser removidos por força alheia sem alteração da substância.
-
28. Em 2020, uma entidade pública municipal registrou os seguintes ingressos e desembolsos de recursos financeiros ocorridos no seu caixa. Estas transações foram realizadas de acordo com as disposições do MCASP:

Transação	Valor em R\$
Recebimento de impostos sobre serviços	30.000
Recebimento de IPTU	21.500
Empréstimo contraído no exterior	18.500
Recebimento de <i>royalties</i>	10.000
Alienação de bens móveis	13.000
Pagamento de fornecedores	8.000
Recebimento de tarifa de pedágios	2.000
Aquisição de ativo imobilizado	20.000
Pagamento de empregados	3.000
Recebimento de sinistros e outros benefícios da apólice	8.000
Recebimento da dívida ativa tributária	4.000
Pagamento de prêmios à seguradora	2.000
Pagamento de sentenças judiciais	1.500
Concessão de empréstimos a terceiros	3.000
Amortização de empréstimo contraído de terceiros	1.500

Com base nos dados apresentados,

- (A) houve impacto positivo no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, em 2020, de R\$ 51.000,00.
 - (B) o fluxo de caixa das atividades operacionais foi apurado em R\$ 68.000,00.
 - (C) os desembolsos decorrentes das atividades operacionais somaram R\$ 14.500,00.
 - (D) ao final do exercício, o saldo de caixa disponível para novos investimentos foi de R\$ 68.000,00.
 - (E) o montante de recurso disponível para aquisição de ativo imobilizado foi de R\$ 20.000,00.
-
29. São apresentadas as seguintes operações ocorridas em dezembro/2020 em determinada Prefeitura e respectiva autarquia previdenciária:
- I. Recebimento de tributos municipais no valor de R\$ 50.000,00.
 - II. Compra de computadores pela Prefeitura, por meio de processo de licitação, a prazo, com primeiro vencimento em 2021 no valor de R\$ 5.000,00.
 - III. Registro de valor devido à autarquia, pela Prefeitura, referente à taxa de administração no valor de R\$ 2.000,00 a ser paga em janeiro/2021.
 - IV. Aquisição de material didático para as escolas no valor de R\$ 8.000,00 com pagamento para março/2021.
 - V. Pagamento à autarquia da contribuição patronal no valor de R\$ 600,00.

Considerando as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2020, os registros destas transações no Ativo Consolidado e no Ativo da Autarquia são, respectivamente:

- (A) R\$ 57.000,00 e R\$ 2.600,00
- (B) R\$ 54.400,00 e R\$ 2.000,00
- (C) R\$ 55.000,00 e R\$ 600,00
- (D) R\$ 55.000,00 e R\$ 2.600,00
- (E) R\$ 55.600,00 e R\$ 2.000,00



30. A responsabilidade fiscal é um dos princípios do direito financeiro e implica assegurar que o gasto público seja realizado dentro de certos limites e de acordo com regras estritas que, se não cumpridas, acarretam sanções aos entes públicos. No contexto de responsabilidade fiscal, a legislação vigente estabelece:
- (A) Anexo de Metas Fiscais: Faz parte do processo de planejamento e contém metas anuais de receitas e despesas, resultados nominal e primário, situação financeira dos Regimes Próprios de Previdência, efeitos da renúncia de receitas, evolução da despesa com pessoal e outros passivos contingentes e respectivas medidas de adequação e providências para mitigação de riscos.
 - (B) Transparência e controle: As prestações de contas, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, diferentemente do parecer prévio dos Tribunais de Contas, são instrumentos de transparência e divulgação obrigatória, condicionada à efetiva participação popular e realização de audiências públicas.
 - (C) Previsão, arrecadação e renúncia de receitas: A responsabilidade fiscal envolve a existência de critérios técnicos para estimação das receitas, e a renúncia fica condicionada à apuração de impactos nas metas fiscais, independentemente da indicação de medidas compensatórias.
 - (D) Fixação e execução da despesa: A instituição ou ampliação de despesas obrigatórias de caráter continuado com abrangência superior a três exercícios depende de demonstração de que não haverá comprometimentos das metas fiscais. A indicação de medidas de compensação autoriza o início da execução de referidas despesas.
 - (E) Patrimônio Público: As receitas decorrentes de alienação do patrimônio público não podem ser empregadas em despesas correntes, exceto quando destinadas por lei aos regimes de previdência social dos servidores públicos.

Auditoria Governamental

31. A atividade da auditoria interna tem por finalidade a
- (A) realização de levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados.
 - (B) avaliação da integridade e adequação dos controles internos integrados.
 - (C) análise da eficácia, eficiência e economicidade dos processos.
 - (D) análise de riscos por meio de procedimentos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado.
 - (E) agregação de valor ao resultado da organização.
-
32. Em que pese a realização de um bom planejamento, os trabalhos do auditor interno não garantem a consecução satisfatória dos objetivos traçados. Esse aspecto está relacionado
- (A) aos procedimentos de auditoria interna.
 - (B) aos riscos de auditoria interna.
 - (C) à eficiência dos testes realizados.
 - (D) ao conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.
 - (E) aos programas de trabalho de auditoria interna.
-
33. Um auditor interno encerrou seus trabalhos de auditoria, tendo fundamentado suas conclusões e feito recomendações à administração da entidade com base nas informações registradas nos papéis de trabalho, dos quais constaram as seguintes anotações:
- I. foram realizados testes substantivos para a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
 - II. foram realizados testes de observância, que deram razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento.
 - III. foram realizadas observações para verificação de registros, documentos e ativos tangíveis.
 - IV. foram realizadas inspeções para obtenção de informações perante pessoas físicas conhecedoras das transações e das operações, dentro e fora da entidade.
- Sobre as informações anotadas nos papéis de trabalho, é correto afirmar que
- (A) todas elas guardam consonância com o estabelecido nas normas brasileiras de contabilidade.
 - (B) a verificação de registros, documentos e ativos tangíveis é realizada por meio de investigações e confirmações e não por meio de observações.
 - (C) a obtenção de informações perante pessoas físicas conhecedoras das transações e das operações, dentro e fora da entidade, é realizada por meio de investigações e confirmações e não por meio de inspeções.
 - (D) a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade é realizada por meio de testes de observância e não por meio de testes substantivos.
 - (E) a obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento é possível por meio de testes substantivos e não por meio de testes de observância.



34. As entidades governamentais A e B foram auditadas. O trabalho de cada um dos auditores foi concluído da seguinte forma:

- I. o auditor que estava na entidade A renunciou aos trabalhos.
- II. o auditor que estava na entidade B se absteve de emitir sua opinião.

Considerando os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria, as normas de auditoria estabelecem que

- (A) pode haver a renúncia, desde que prevista em lei ou regulamento aplicável, ou mesmo a abstenção de opinião, na hipótese de não ser possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva no relatório do auditor ser insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis.
- (B) não há previsão legal ou normativa para a renúncia, mas é possível a abstenção de opinião, no caso de não ser possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva no relatório do auditor ser insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis.
- (C) é possível a renúncia desde que prevista em lei ou regulamento aplicável, mas não há previsão legal ou normativa para a abstenção de opinião.
- (D) a renúncia e a abstenção de opinião podem ocorrer desde que formalizadas antes de apresentado o planejamento de auditoria.
- (E) não há previsão normativa ou legal para a renúncia e tampouco para a abstenção de opinião.

35. As demonstrações contábeis destinam-se a fornecer informações relevantes aos usuários, tais como a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. Quando a estrutura de relatório financeiro é uma estrutura de conformidade, recebe a denominação de

- (A) analítica.
- (B) integralizada.
- (C) aplicável.
- (D) *compliance*.
- (E) detalhada.

36. Os auditores aprovados em concurso público para provimento de cargo efetivo na MANAUSPREV participaram de um curso de formação, oportunidade em que foram orientados que todo auditor deve ter avaliação crítica das evidências de auditoria e para tanto é necessário:

- I. questionar evidências de auditoria contraditórias.
- II. questionar a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações e outras informações obtidas junto à administração e aos responsáveis pela governança.
- III. considerar a suficiência e adequação das evidências de auditoria obtidas conforme as circunstâncias.
- IV. estar alerta a circunstâncias que possam indicar possível fraude.

O auditor dotado dessas características, nos termos dos “objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria”, possui

- (A) opinião razoável.
- (B) julgamento suficiente.
- (C) ceticismo profissional.
- (D) opinião relevante.
- (E) julgamento ético.

37. São princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor, quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis, e cujo cumprimento é dele exigido, considerando os objetivos gerais do auditor independente e a condução dos seus trabalhos em conformidade com as normas de auditoria:

- (A) Imparcialidade, Impessoalidade, Moralidade, Probidade e Sagacidade.
- (B) Julgamento Profissional, Responsabilidade, Clareza, Análise crítica e Conhecimento técnico.
- (C) Urbanidade, Assiduidade, Pontualidade, Comprometimento e Identidade profissional.
- (D) Independência, Visão crítica, Discrição, Sinergia e Hierarquia.
- (E) Integridade, Objetividade, Competência e Zelo profissional, Confidencialidade e Conduta profissional.

**Administração Financeira e Orçamentária**

38. Uma proposta de emenda ao projeto de Lei do Orçamento Anual em dispositivo que incide sobre o serviço da dívida foi aprovada com a indicação de que os recursos necessários foram provenientes de anulação de despesa. Essa aprovação pode ser considerada
- (A) legal, uma vez que há previsão constitucional para a alteração de dispositivo do projeto de Lei do Orçamento Anual por meio de anulação de despesa.
 - (B) ilegal, uma vez que a alteração não poderia ter sido mediante anulação de despesa.
 - (C) legal, mas a alteração deveria ter sido no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) ilegal, uma vez que não há previsão legal para alteração do projeto de Lei do Orçamento Anual, em dispositivo que incida sobre o serviço da dívida.
 - (E) legal, mas a alteração deveria ter sido no projeto do Plano Plurianual.

39. Um determinado ente da federação apurou e verificou que, num período de 12 meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes superou 95%. Nesse caso, a Constituição federal prevê, enquanto permanecer a situação, aplicar mecanismo de ajuste fiscal de modo
- (A) obrigatório para vedação à criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa.
 - (B) facultativo para vedação à contratação de pessoal para reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos.
 - (C) obrigatório para vedação à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
 - (D) facultativo para vedação à alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
 - (E) obrigatório para vedação à concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder.

40. Um determinado ente da federação contabilizou gastos com:

- I. pensionistas.
- II. proventos de aposentadoria.
- III. indenização por demissão de servidores.
- IV. incentivos à demissão voluntária.
- V. encargos sociais.

O cômputo para a apuração dos gastos com pessoal desse ente, nos termos ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve considerar os itens

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) IV e V, apenas.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

41. Um determinado ente da federação consignou em seu orçamento ajuda financeira a uma empresa de fins lucrativos. Segundo a Lei nº 4.320/1964, essa ajuda pode ser considerada

- (A) legal, desde que a empresa atue na área da educação, saúde ou assistência social.
- (B) legal, desde que se trate de subvenção cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.
- (C) ilegal, uma vez que não há possibilidade para concessão de recursos públicos a empresas de fins lucrativos.
- (D) ilegal, uma vez que ajuda a empresa de fins lucrativos é despesa extraorçamentária.
- (E) legal, sendo a despesa classificada como transferência de capital.

42. Considere as seguintes operações:

- I. Operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da federação, inclusive suas entidades da Administração indireta, que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes.
- II. Operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da federação, inclusive suas entidades da Administração indireta, que não se destinem a refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.
- III. Assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito por empresas estatais dependentes.
- IV. Recebimento de lucros e dividendos de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, na forma da legislação;

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, há permissão legal para as operações indicadas nos itens

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, apenas.

**Noções de Investimento em RPPS**

43. A lavagem de dinheiro é combatida nacional e internacionalmente. Essa prática consiste em “um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita e que se desenvolvem por meio de um processo dinâmico que envolve, teoricamente, três fases independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente.” (Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF)

Na fase de

- (A) colocação do dinheiro no sistema econômico, busca-se o distanciamento dos fundos de sua origem, evitando uma associação direta deles com o crime.
 - (B) ocultação, as organizações criminosas buscam investir em empreendimentos que facilitem suas atividades.
 - (C) integração, busca-se dificultar o rastreamento contábil dos recursos ilícitos.
 - (D) colocação do dinheiro no sistema econômico, os ativos são incorporados formalmente ao sistema econômico, buscando legitimar o dinheiro ilegal.
 - (E) ocultação, distanciam-se os fundos de sua origem, a exemplo do fracionamento dos valores que transitam pelo sistema financeiro.
-
44. Constitui alocação possível para os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717/1998, sujeita a limites específicos:
- (A) Cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, consideradas no segmento de renda variável e investimentos estruturados.
 - (B) Letras Imobiliárias Garantidas e cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores, que se incluem no segmento de renda fixa.
 - (C) Cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, e Cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), que se incluem no segmento de renda variável e investimentos estruturados.
 - (D) Cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, aplicações que são consideradas no segmento de renda fixa.
 - (E) Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”, que são considerados no segmento de investimentos no exterior.

Noções de Direito Constitucional

45. Uma professora de ensino fundamental, que ingressou na rede privada em 2020, sem vínculo ou exercício de atividade laboral remunerada anterior, pretende manter-se na carreira até o momento de aposentar-se. Considerando esses elementos à luz das regras atuais previstas na Constituição Federal, além de comprovar tempo mínimo de efetivo exercício das funções, para que referida professora faça jus à aposentadoria, deverá cumprir
- (A) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
 - (B) somente o requisito de tempo mínimo de contribuição.
 - (C) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
 - (D) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.
 - (E) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.
-
46. Brasileiro naturalizado, de 31 anos de idade, pretende concorrer a um cargo eletivo para exercício de mandato em órgãos do Poder Executivo ou Legislativo nas esferas federal ou estadual. Considerados esses elementos à luz da Constituição Federal, o interessado está apto a concorrer
- (A) ao cargo de Vice-Presidente da República, mas não poderá concorrer ao cargo de Presidente da República.
 - (B) a todos os cargos do Poder Legislativo, mas, se eleito, não poderá concorrer aos cargos de Presidente da Câmara dos Deputados e de Presidente do Senado Federal.
 - (C) ao cargo de Governador, Vice-Governador e Senador.
 - (D) ao cargo de Governador, Deputado Estadual e Deputado Federal, mas, se eleito, não poderá concorrer ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (E) a todos os cargos eletivos para exercício de mandato nas esferas estadual e federal.



47. Em relação às ações que se destinam a tutelar os direitos fundamentais, a Constituição Federal prevê que
- (A) não é admitida a ação privada nos crimes de ação pública.
 - (B) o *habeas data* é a ação cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, mas não para a retificação de dados, que demanda processo sigiloso.
 - (C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, desde que tenha representação no Congresso Nacional.
 - (D) o mandado de injunção será concedido sempre que norma regulamentadora de dispositivo constitucional tornar inviável as prerrogativas inerentes à nacionalidade.
 - (E) apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública são partes legítimas para a propositura de ação popular.

48. Considere as seguintes afirmações sobre o regime constitucional de Administração e servidores públicos:
- I. É garantido ao servidor público civil, o direito à livre associação sindical.
 - II. A investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.
 - III. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - IV. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros natos e naturalizados e desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

À luz da Constituição Federal está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

Noções de Direito Administrativo

49. A participação do Estado no domínio econômico pode se dar de forma
- (A) direta, mediante a criação, por lei, de pessoas jurídicas de direito público, para exercício de funções estatais e atividades de interesse econômico.
 - (B) indireta, mediante a criação, por lei, de sociedades de economia mista, destinadas à exploração de atividade econômica.
 - (C) direta, mediante exercício do poder de controle sobre todos os atos da Administração Pública direta ou indireta.
 - (D) indireta, por meio de instituição de sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica ou posterior aquisição de poder acionário de empresas da mesma natureza.
 - (E) direta, mediante a edição de normas e regulamentos que disciplinem determinado setor econômico, ou indireta, por meio da instituição de empresas estatais exploradoras de atividade econômica.

50. Distinguem-se as atividades materiais e as manifestações de vontade da Administração Pública porque
- (A) das primeiras não decorrem efeitos jurídicos, enquanto as manifestações de vontade vinculam e responsabilizam a Administração Pública.
 - (B) as primeiras podem ser classificadas como atos administrativos de efeitos concretos, enquanto as manifestações de vontade são exaradas no contexto dos negócios jurídicos firmados com a Administração Pública.
 - (C) as primeiras podem ser fatos administrativos e, embora possam produzir efeitos jurídicos, não veiculam manifestação de vontade da Administração Pública, característica dos atos administrativos.
 - (D) as primeiras não estão sujeitas a controle por parte da Administração Pública e de órgãos externos, considerando que de sua prática não decorrem efeitos jurídicos ou impacto na esfera jurídica dos administrados.
 - (E) as primeiras são sempre unilaterais, enquanto as manifestações de vontade da Administração Pública são bilaterais, complexas ou compostas.



51. Jocileno foi aprovado para o cargo efetivo de executivo de finanças e está, atualmente, em período de estágio probatório. Durante esse período, a comissão responsável pelo acompanhamento apurou que o servidor tem precedente condenação por estelionato. Em razão dessa identificação, considerando o disposto na Lei municipal nº 1.118/1971,
- (A) o servidor poderá seguir cumprindo o estágio probatório, considerando que a análise dos requisitos necessários à confirmação no cargo restringe-se ao período posterior à posse.
 - (B) o servidor será automaticamente exonerado, independentemente de decisão do Chefe do Executivo Municipal, uma vez que o apontamento acarreta a nulidade do ato de investidura no cargo.
 - (C) será colhido parecer do órgão técnico de pessoal que, se atestar a ausência do requisito idoneidade moral, ensejará a exoneração do servidor, independentemente de prévia manifestação deste.
 - (D) caberá, ouvido o órgão de pessoal, dar oportunidade ao servidor para apresentação de defesa, seguida de análise, que serão submetidas ao Chefe do Executivo Municipal para decisão acerca da exoneração do estagiário.
 - (E) serão analisados, pela comissão responsável, o preenchimento dos requisitos necessários à confirmação no cargo e a defesa apresentada pelo servidor, ao fim do período de estágio probatório, sendo vedada exoneração antes de tal prazo.
-
52. De acordo com o que dispõe a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), Lei federal nº 14.133/2021, sobre contratações pela Administração Pública, é correto afirmar:
- (A) As contratações integradas serão admitidas apenas em hipóteses excepcionais, em observância ao princípio da competitividade.
 - (B) É imprescindível a inclusão, no edital de licitação e subsequente contratação, de matriz de riscos entre contratante e contratado, nos casos de adoção do regime de contratação integrada.
 - (C) O regime de contratação integrada admite a cumulação de diversos objetos numa mesma contratação, inclusive de obras e serviços de engenharia, desde que seja mantida a distinção da autoria do projeto básico.
 - (D) Ainda que haja alocação de riscos entre contratante e contratada, quando forem decorrentes de fatos supervenientes, deverão, necessariamente, ser suportados pelo poder público.
 - (E) As contratações integradas prescindem da elaboração de projeto básico, podendo ser licitadas e contratadas somente com projeto executivo.

Noções de Direito Previdenciário

53. Ulisses é analista do Poder Judiciário e Afrodite é professora de ensino superior lecionando em Universidade Federal de Administração, sendo ambos servidores públicos da União vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social, e estão requerendo o direito à aposentadoria. Nesse caso, conforme regras contidas na Constituição Federal, Ulisses e Afrodite, respectivamente, devem contar com
- (A) 70 e 65 anos de idade.
 - (B) 70 e 55 anos de idade.
 - (C) 65 e 57 anos de idade.
 - (D) 62 e 57 anos de idade.
 - (E) 65 e 62 anos de idade.
-
54. Conforme regras previstas na Constituição Federal, o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo
- (A) oferecerá plano de benefícios nas modalidades de contribuição definida e variável.
 - (B) será instituído na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo.
 - (C) será efetivado apenas por entidade aberta de previdência complementar.
 - (D) somente será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública.
 - (E) poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar, desvinculada da prévia e expressa opção do servidor.
-
55. Nos termos da Lei nº 9.717/1998, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores,
- (A) não poderá ser inferior ao valor da metade da contribuição do segurado.
 - (B) não poderá exceder, a qualquer título, dois terços da contribuição do segurado.
 - (C) poderá exceder, quando houver déficit orçamentário comprovado, até o dobro da contribuição do segurado.
 - (D) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.
 - (E) não poderá ser superior ao triplo da contribuição do servidor ativo.



56. Conforme normas constitucionais, alteradas pela Emenda Constitucional nº 103/2019,
- (A) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, com contribuição exclusiva do respectivo ente federativo e de servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) o servidor público da Administração direta no exercício de mandato eletivo, que for segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem, devendo migrar para o regime geral.
 - (C) é vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes sem previsão legal que extinga regime próprio de previdência social.
 - (D) poderão ser estabelecidos, por lei ordinária do ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores públicos em atividades exercidas com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, sendo permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
 - (E) aplicam-se as regras contidas no artigo 40 da Constituição Federal para o Regime Próprio de Previdência Social da União, não cabendo qualquer requisito ou critério fixado para o Regime Geral de Previdência Social.

Legislação Municipal

57. Conforme previsto na Lei Municipal nº 870/2005 e suas alterações, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Manaus/AM, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam, dentre outras, à seguinte finalidade:
- (A) Proteção à criança e ao adolescente.
 - (B) Cuidados com a maternidade.
 - (C) Aposentadoria compulsória.
 - (D) Auxílio-reclusão.
 - (E) Acidente em serviço.

58. Nos termos da lei municipal que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manaus/AM, são beneficiários do regime, na condição de dependente do segurado:
- (A) o companheiro, enquanto perdurar a união estável.
 - (B) o cônjuge, até o prazo de dois anos após a dissolução do casamento.
 - (C) os filhos desde que menores de dezoito anos, não emancipados de qualquer condição.
 - (D) o irmão ainda que emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos.
 - (E) os avós inválidos, desde que a invalidez seja preexistente ao óbito do segurado.

59. Sobre a estrutura organizacional da Manaus Previdência (MANAUSPREV), a legislação municipal dispõe:
- (A) A MANAUSPREV é uma autarquia integrante da Administração Pública Municipal Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado.
 - (B) O Conselho Municipal de Previdência é órgão colegiado consultivo, integrado por nove conselheiros titulares e respectivos suplentes.
 - (C) O Conselho Diretor é composto por Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Previdência que serão nomeados pela Câmara Municipal para mandato de dois anos, sujeito a uma recondução.
 - (D) A indicação do Superintendente de Investimentos será efetuada pelo Prefeito Municipal e aprovada pelo Conselho Diretor, sendo nomeado para mandato de dois anos, admitida a recondução.
 - (E) O Quadro de Pessoal da MANAUSPREV é composto por cargos públicos, para provimento em caráter efetivo, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e em comissão, de livre nomeação e exoneração.

60. Servidor público do Município de Manaus que praticar conduta reprovável, por ação ou omissão, e em desconformidade com dever jurídico a ele imposto,
- (A) deverá responder a processo judicial, perdendo o cargo na hipótese de ser considerado culpado por crime contra Administração, hipótese em que a Administração pública está obstada de apurar os mesmos fatos.
 - (B) poderá responder a processo administrativo disciplinar, cuja instauração é ato de competência exclusiva do Chefe do Executivo.
 - (C) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, o Prefeito Municipal.
 - (D) poderá responder a processo judicial, independentemente da natureza da infração cometida, em razão do controle judicial exercido sobre os atos da Administração.
 - (E) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, todas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.